

ANTERO

— O repto da ética (*)

A vida cultural e, naturalmente, a actividade filosófica é, além do mais, memória e comemoração, não raro de uma atmosfera de luta pelas grandes causas, evidenciada na acção intelectual de todos os que, como Antero de Quental, lavram o caminho para o triunfo de ideais ético-políticos onde a preocupação pela dignidade humana constitui a aposta inadiável.

Limitadas ao seu âmbito, as minhas palavras serão uma tentativa de aproximação ao seu mais profundo pensar de índole ética, justificando-se assim não analisarmos questões de natureza metafísica que Antero nos legou no seu, por vezes, complexo ideário filosófico.

Combatente nas fileiras dos que procuram a Verdade e o Bem, marcado pela influência de Kant, Hegel, Proudhon e também pela aventura da Comuna de Paris, consciente de que o ofício do intelectual humanista acarreta uma necessidade de acção doutrinária, capaz de erradicar dogmatismos, sempre alienantes, convida-nos a uma vigilante atitude crítica, séria e responsável em prol da liberdade e da defesa dos oprimidos, acreditando que o aperfeiçoamento ético da sociedade é uma exigência permanente, somente possível pela instauração de uma ético-política onde a liberdade e a igualdade definam o direito, mas em obediência à ideia de Justiça que só fundada na Bondade assumirá uma autêntica fisionomia humana.

Animado pela intenção de pensar criticamente para agir generosamente, Antero exorta-nos — e isto é o que está vivo no seu

(*) Comunicação apresentada ao «Colóquio Internacional 'Antero de Quental e o Destino de uma Geração'», Porto, 1991.

pensamento moral — para a realização de uma ética verdadeiramente adulta que possibilite a autogestão vital de seres humanos, informados e livres, em que a experiência da responsabilidade se confunda com a vida quotidiana.

Não obstante um certo cepticismo que sempre acompanhou a sua meditação, condicionando o caminho entre uma consciência revoltada e uma consciência revolucionária, fará a apologia de uma reforma social sistematicamente norteada «pela força onnipotente da Razão, irmã do Amor e da Justiça» (1).

Não ignoramos que o seu suicídio é o nevoeiro e a noite do seu esforço, todavia não demonstra a finitude dos seus ideais; comove, mas não anula a luminosa lição do seu idealismo ético cujo sentido actual se nos afigura urgente.

Confrontando-se com a realidade portuguesa do seu tempo, propõe Antero uma tarefa de moralização capaz de orientar os indivíduos nos «combates eternos da Justiça» (2) mediante uma atitude de «renúncia a todo o egoísmo» (3), condição indispensável para o aperfeiçoamento existencial e consequentemente para fomentar um humanismo animado pela utopia humanitarista intimamente presente nos ideais do Socialismo. Neste sentido se compreenderá o relevo constante que a sua reflexão atribui a um imperativo de altruísmo, não apenas como impulso afectivo, mas configurando-se como máxima racional capaz de inspirar aos seres humanos a ideia de uma transformação social aliciante e geradora de uma atmosfera de solidariedade, matriz de uma 'paideia' humanística contra a iniquidade de um tempo necessitado de regeneração e metamorfose.

Foi, Antero de Quental, um temperamento de verdadeiro aristocrata, em sentido etimológico, o mesmo é dizer, alguém em que repercutia uma forte tensão de disciplina, um intenso imperativo de selecção que, naturalmente, o impelia para a realização de grandes tarefas, obedientes, como ele escreveu, a uma primeira e indispensável condição «que não será o talento, nem a ciência, nem a experiência, mas a elevação moral, a virtude da altivez

(1) Antero de Quental, «Sonetos», ed. org. por António Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, p. 56.

(2) Idem, *ibidem*, p. 53.

(3) Antero de Quental, «Tendências gerais da filosofia na segunda metade do séc. XIX» em *Obras Completas*, vol. III, «Filosofia», org. por Joel Serrão, Universidade dos Açores e Editorial Comunicação, Lisboa, 1991, p. 166.

interior, a independência da alma e a dignidade do pensamento e do carácter», tal como escreve na carta a Castilho (4), sublinhando, assim, como em outras ocasiões, a inseparabilidade entre um esforço reflexivo de autoconstrução moral e uma «poiesis» existencial susceptível de lançar os alicerces para novas formas de convivência humana.

Na realidade, em Antero, uma grande ideia central se desenvolve, expande e promove o sentido do progresso moral da sociedade. Essa intuição ou essa ideia foi a defesa do primado da ética sobre a economia, considerando-a a fonte originária e a principal determinante da libertação dos seres humanos. Advogando, como Proudhon, que «o mundo só pela moral será libertado e salvo» (5), deixa transparecer nos seus textos que a chave para o triunfo da Justiça não está na fúria iconoclasta e implacável do impulso revolucionário, mas sim noutra radical voluntarismo que confia na profunda educação das mentalidades a par com a estimulante empresa de um aprofundamento do ideal da Fraternidade.

O pensamento moral de Antero revela-se-nos como um personalismo ético votado ao respeito pela consciência individual, mas aspirando ao «espectáculo consolador de uma só família humana» (6) como um dia escreveu e, por consequência, programaticamente afirmativo em prol de «uma política que fosse, numa palavra, a Fraternidade em acção» (7). Ora, uma tal política acentuadamente coincidente com esse ideal supremo de moralidade é, sem limitações nem ambiguidades, o Socialismo.

Antero condicionou a mudança social a uma prévia pedagogia capaz de desenvolver nas consciências individuais o conhecimento e o desejo da prática do Bem. Aqui residiria a alavanca propulsora de uma transformação social susceptível de «fazer reinar a Justiça na esfera dos interesses e, por esse meio, nivelar as classes, levantar os oprimidos, suprimir a miséria, chamar as multidões à vida da inteligência, da dignidade, do bem-estar e da moralidade» (8),

(4) Antero de Quental, «Bom Senso e Bom Gosto» em «Prosas da Época de Coimbra», org. por António Salgado Júnior, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1982, 2.ª ed., p. 286.

(5) Antero de Quental, «O Socialismo e a Moral» em «Prosas Sócio-Políticas», org. por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 442.

(6) Idem, «O Socialismo Contemporâneo», ibidem, p. 332.

(7) Idem, «A Política do Socialismo», ibidem, p. 373.

(8) Idem, «O Progresso da Internacional», ibidem, p. 341.

como escreveu em 1871; todavia, parece-nos legítimo interrogarmo-nos sobre se a rectidão e o saber, acompanhados de um ideal generoso, por si só, constituem uma resposta dinâmica à questão social. Decerto que, como ponto de partida, vigoroso e fecundo, afigura-se-nos como absolutamente indispensável, porém a complexidade da questão económica implica algo mais do que altos desígnios de ordem ética, implica acção responsabilmente destruidora e criadora. Com efeito, para pouco servirá o discurso moral, sem o esforço firme, ousado e eficiente tendente a alterar as estruturas económicas. Ora, em Antero depára-se-nos um pensar ético que se propõe despertar as consciências individuais para um «ethos» social de índole socialista, mas falta-lhe, em certa medida, «a visão clara da questão económica do capitalismo industrial e da sua consequente questão social»⁽⁹⁾, independentemente desta ou daquela reflexão penetrante e cheia de lucidez crítica que fazem dele não «um semeador de sombras e quebrantos» como a si mesmo se definiu no soneto 'Palavras Solenes'⁽¹⁰⁾, mas um daqueles homens excepcionais de que nos falou Bergson, nos quais a moral absoluta incarna, tais como os santos do Cristianismo, os sábios da Grécia, os profetas de Israel e os Arahants do budismo⁽¹¹⁾.

Nesta ordem de ideias se justifica plenamente aquele ponto de vista segundo o qual o seu socialismo é «visão do mundo», é «antes de tudo o triunfo da Ideia» e daí que o seu «utopismo» seja de «essência ética: o socialismo toma a figura do futuro. A Justiça irmã da Razão e do Amor como Lei imanente da Evolução»⁽¹²⁾. É neste preciso sentido que entendemos a seriedade do seu pensamento e a marca de responsabilidade na acção, aliás decorrentes das admiráveis palavras em que Antero nos fala do dever — «a lei moral, criada pelo espírito para si mesmo, ou melhor, expressão da unidade final realizada pelo espírito em si mesmo, da inteira compenetração da vontade com o seu ideal, é lei perfeita da liberdade, porque o próprio dever, à medida que a sua ideia

(9) António Ramos de Almeida, «Antero de Quental — apogeu, decadência e morte», Porto, Livraria Latina Editora, 1944, p. 37.

(10) Antero de Quental, «Sonetos», op. cit., p. 245.

(11) Cfr. Henri Bergson, «Les deux sources de la morale et de la religion em «Oeuvres», Paris, P.U.F., 1963, p. 1003.

(12) Eduardo Lourenço, «Poesia e Metafísica», Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983, ps. 148-9.

se aprofunda, perde gradualmente o rígido carácter de obrigação, que lhe dava não sei que longes de fatalidades e transforma-se em atracção pura, puro amor» (13).

Da reflexão ética de Antero resulta que o progresso humano se enraiza no aprofundamento da experiência da consciência moral, voz íntima que orienta o aperfeiçoamento pessoal em que se traduz o supremo objectivo do dever. Por esta razão, a moral tem de brotar na singularidade individual e para tal, a educação aparece como a via de acesso à instauração de uma nova sociedade desenvolvendo-se ao ritmo da Dignidade.

A sua obra, para lá das preocupações de índole gnoseológica, onde a intenção de conciliar idealismo e realismo é flagrante ou de natureza metafísica onde se inclina para um pampsiquismo (14), destaca no seu itinerário reflexivo, um esboço — apenas um prelúdio — de filosofia moral que, em última instância nos propõe a beatitude como ideal, tão caro ao cristianismo do qual verdadeiramente nunca se terá afastado. Todavia, apesar dos seus méritos, julgo faltar-lhe o fundamental, isto é, um critério para distinguir o Bem do Mal, assim como ficamos sem saber qual o correcto caminho perante um conflito de valores e, mesmo, de deveres, ficando assim por responder em concreto, a questão ética por excelência — que devo fazer? Com efeito, não poderá iludir-se o carácter conflitivo da vida moral, além de que a complexidade das decisões exige a análise rigorosa da realidade social que, em certo sentido, inviabiliza as éticas de fundamentação metafísica, sempre demasiado abstractas e formais, por consequência, insatisfatórias.

Feita esta breve incursão nos aspectos mais significativos da meditação ética de Antero importa, contudo, não perder de vista que, não obstante a fuga para o espiritualismo, compreensível por certas facetas do seu temperamento, a sua mensagem, produto da sua angústia e da sua lucidez, manifesta a exemplaridade de uma vocação humanista íntegra que, não obstante se cruzar amiúde com o paroxismo do desespero, nunca hesitou na afirmação de uma

(13) Antero de Quental, «Tendências ...», op. cit. (nota 3), p. 165.

(14) Cfr. Ana Maria Moog Rodrigues, «A Filosofia de Antero de Quental» em Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 38 - II (1982) 842-863.

atitude ética predominante que apontava a perfeição moral individual como a condição necessária para a perfeição moral da sociedade que, no ponto de vista de Antero, haveria de gerar uma evolução sócio-política orientada para «o socialismo, filho da ciência e da consciência, do pensamento e da moral» (15).

Pensador talvez deslocado no tempo, Antero é, de algum modo, nosso contemporâneo já que o seu discurso ético-político 'ainda nos fala', por que exemplarmente prospectivo. A sua visão é nítida, tal como é simples a sua construção: habitava-o o sonho de conciliar o sentido da Terra com o sentido do Absoluto, que para ele implicava a arraigada convicção de que «o bem fosse o momento final e mais íntimo da evolução do ser, em que o espírito se liberta na consciência de todas as limitações, criando em si e para si um mundo completo, transcendente e definitivo» (16).

Na sua obra, cujo escasso sistematismo a torna por vezes de difícil interpretação, encontramos muita da inquietação e das antinomias do pensamento contemporâneo, quer se trate da questão espiritualismo *versus* materialismo, quer a da liberdade e dos determinismos, porém, o que nela continua vivo é a ideia de que regenerar o mundo, isto é, instaurar ritmos morais e não apenas materiais, pressupõe um lúcido, pacífico e eficaz imperativo que, nas suas palavras significativamente mobilizadoras, se sintetiza no incondicional «santo princípio da Fraternidade!» (17).

Luis de Araújo

(15) Antero de Quental, «A Política do Socialismo», op. cit., p. 371.

(16) Idem, «Tendências ...», op. cit. (nota 3), p. 165.

(17) Idem, «O Socialismo Contemporâneo», op. cit., p. 332.